PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 3
DADOS DA INSTITUIÇÃO 5
HISTÓRICO 7
DIAGNÓSTICO DA ESCOLA E DE SEU TERRITÓRIO 10
FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA 12
PRINCÍPIOS ORIENTADORES 13
OBJETIVOS 15
CONCEPÇÕES TEÓRICAS 16
METAS 17
AÇÕES 18
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO 19
PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA 21
Coordenação Pedagógica 22
Orientador Educacional 23
Atendimento Educacional Especializado e Sala de Recursos Generalista 27
Sala de Recursos 29
Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem-EEAA 30
Coordenação Coletiva 31
Observação em Sala de Aula 32
Ações Voltadas à Relação Família-Escola 33
Formação Continuada de Professores 34
Reunião e Planejamento EEAA/SAA 35
Eventos 36
Reunião com a Gestão Escolar 36
Estudos de Caso 37
Conselhos de Classe 38
Projetos e Ações Institucionais / Intervenções Pedagógicas 39
Plano de Ação da Secretaria 40
Sala de Leitura 43
Professores Readaptados 44
ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO 46
CONSELHO DE CLASSE 49
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 50
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA 51
GESTÃO DEMOCRÁTICA 53

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Fundamental 103 tem sua história iniciada em 1999. Ao longo desses anos procura-se adotar metodologias que permitam formar estudantes independentes, criativos, curiosos, aptos às pesquisas e que acreditem que a educação é a base para suas conquistas, através da interação e da cooperação entre as pessoas. Como educadores, sabe-se que muito se contribui para a cidadania. Partindo dos princípios formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, na diversidade na vida escolar e no trabalho.

Com o passar dos anos, o CEF 103 tem a satisfação de constatar que as metas vêm sendo atingidas, ao verificar tanto o desempenho dos estudantes, quanto à procura por esta instituição que a cada dia mais se solidifica.

Considerando as especificidades da instituição, que atende famílias de diferentes níveis sociais, etnias e grau de escolaridade, desenvolvendo um trabalho que conta com a participação dos pais, alunos professores, técnicos e demais servidores, buscando desenvolver uma identidade própria, baseada numa atuação pedagógica consistente e participativa.

Nesta perspectiva, esta proposta ainda não está pronta, mas vai sendo construída dia-a-dia, impulsionada pela busca da excelência.

Nesse sentido, o compromisso de garantir o acesso, a permanência e a efetiva aprendizagem dos alunos deve permear todo o processo de retomada na construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

O PPP foi revisado e atualizado com a participação da comunidade escolar seguindo algumas etapas:

Foi montada uma comissão com participantes de todos os segmentos da comunidade escolar para definição de metas e prioridades para cada etapa garantindo assim a participação coletiva na elaboração do documento.

Ação coletiva com a comunidade escolar (gestores, coordenadores, professores, funcionários, alunos, familiares, representantes da comunidade e Conselho Escolar).

Foi trabalhado com seus pares alunos e responsáveis um questionário com o seguinte título: “A Escola que temos e a Escola que queremos” com o propósito de sensibilizá-los e incentivá-los a participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.

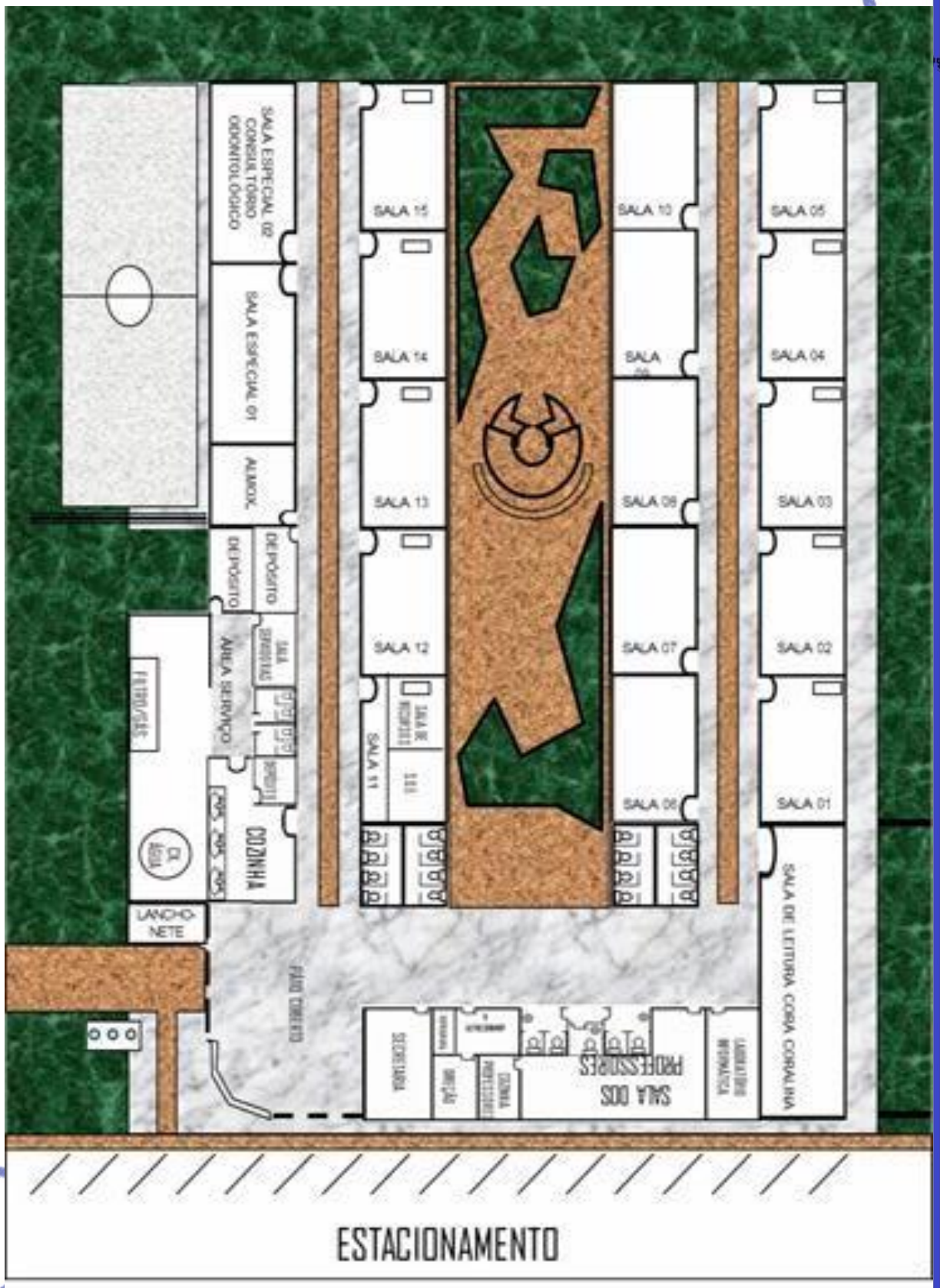
Foram feitas várias reuniões com todos os funcionários, levando em consideração um maior tempo com os gestores, coordenadores e os professores nas reuniões coletivas para levantamentos e análise de dados da escola, onde cada segmento da escola contribuiu com suas principais propostas de melhorias e adequação de cada ambiente e setor da escola. Foram realizadas várias reuniões com a equipe responsável para análise das ações e das novas propostas apresentadas.

Após o documento revisado foi disponibilizado para que todos os envolvidos tomassem conhecimento.

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Coordenação Regional de Ensino: • Santa Maria
Unidade Escolar: • Centro de Ensino Fundamental 103
Níveis/Modalidade de Ensino: • Ensino Fundamental 9 Anos / Anos Finais / Educação de Jovens e Adultos Interventiva de 1º e 2º segmentos da 1ª a 8ª Etapa/Classes Especiais.
Endereço Completo: • QR 103 Área Especial B Santa Maria DF.
Telefone/E-mail: • (61) 3901-6612 / cef103.santamaria@edu.se.df.gov.br
1.6. Diretora: Romilda de Souza Leão – aposentada em 12/05/2022
Vice-Diretor: Saul Guimarães Filho
Número de Estudantes Matutino: • 6º Ano (199) • 7º Ano (149) • EJA Interventivo ANEE 1º Segmento Turma “A” (05) • Classe Especial (08).
Número de estudantes Vespertino: • 8º Ano (146) • 9º Ano (139) • EJA Interventivo ANEE 1º Segmento Turmas “B”,”C” e “D” (41) • EJA Interventivo ANEE 2º Segmento (16)
Turno de Funcionamento: Diurno
Data da criação da instituição: 27/02/1999
1.12. Autorização: • Autorizado pela resolução do conselho diretor da FEDF de 05/04/1999, publicada no D.O.D.F de 05/04/1999, página 03.
1.13 Primeiro ano de gestão democrática: 2012

CROQUI DA ESCOLA



HISTÓRICO

A cidade de Santa Maria surgiu no cenário do DF com uma população oriunda de invasões, fundo de quintais e migrações das diversas áreas do entorno, sendo por isso, caracterizada como uma comunidade transplantada. Constituída na sua maioria por famílias de prole numerosa, apresenta razoável percentual de fragmentação, com um grau de instrução que varia entre o não alfabetizado e o 1º grau incompleto.

Trata-se de uma comunidade, que demonstra um universo cultural e social bastante diferenciado. Devido ao processo migratório, característico no DF, e rotatividade constante, observada especialmente em comunidades assentadas, percebe-se uma diversidade cultural, provocada pela ausência de identidade e elevada oscilação entre os valores e os costumes, gerando de início, um choque sócio-político-cultural que ao longo do tempo, tanto pode conduzir a uma elevada queda do nível de aspirações, ou provocar um intenso movimento social, político e cultural na busca de um resgate de suas raízes.

Embora a cidade de Santa Maria apresenta um perfil complexo e tanto desordenado, alguns setores articulam-se de forma expressiva e organizada, o que demonstra o surgimento e amadurecimento de consciência crítica, fruto de uma luta incansável na tentativa de reconstrução da própria identidade.

Neste panorama surge a necessidade de um posicionamento da escola, enquanto responsável pela articulação entre os diversos segmentos, para que estes possam estabelecer uma crítica construtiva da sociedade, possibilitando uma ação constante e eficaz destes ante o cenário sócio-político-econômico e cultural, levando- se em conta o seu papel de formadora de opinião, voltada para a qualidade, eficiência e a eficácia.

No contexto sociocultural e econômico observamos que a baixa qualificação profissional derivada da escolaridade insuficiente, alia-se às dificuldades enfrentadas por toda comunidade de periferia, como por exemplo: escassez de recursos para a

manutenção da saúde, segurança, transporte, lazer, educação, alimentação e outros, gerando uma inconformidade que se manifesta numa comunidade vulnerável gerando casos de violência, gravidez precoce e o uso de drogas.

Estando a escola imersa nessa realidade, verifica-se a necessidade de um projeto que de forma participativa, responsável, comprometida e coerente, contemple os anseios desta comunidade, na busca de alternativas para valorização do potencial humano. Para tal, se faz necessário um planejamento voltado para uma educação integral (cabe aqui ressaltar não a carga horária integral, mas a abrangência do ato educativo), com vistas à cidadania, com a comunidade presente, pois a escola não pode ignorar que as desigualdades sociais sejam um real obstáculo ao desenvolvimento humano e, por isso mesmo, precisa aliar sua transformação ao quadro social vigente.

Ressalta-se que a atenção não deva ser desviada por questões menores e que às vezes, podem ser maximizadas devido à intencionalidade ou não de lideranças comunitárias e políticas, com objetivos escusos, dificultando a leitura fidedigna da realidade que nos cerca e criando um estereótipo do papel da escola.

O elemento popular nem sempre consegue definir com pureza suas necessidades, porque está sob forte pressão. De um lado a pobreza material imposta pela divisão social e que precisa ser satisfeita; do outro, a pobreza intelectual, também em sua maioria imposta, e que precisa ser superada; desta forma não há como fugir do assistencialismo que cumpre o seu papel de amenizar a carência material, dificultando inclusive, o desenvolvimento de uma política educacional adequada que promova de fato a instrumentalização intelectual para que a transformação ocorra.

Através de formas participativas de pesquisa busca-se superar os entraves, por intermédio de posturas que venham privilegiar o diagnóstico e a capacidade comunitária de formular sua própria estratégia de enfrentamento dos problemas conscientemente assumidos.

Desta forma, acredita-se cada vez mais na presença da comunidade no cotidiano escolar, na busca de parcerias, que resulta em ganhos cada vez maiores para uma educação de qualidade.

As aulas na rede pública do Distrito Federal em 2022 vão de 14 de fevereiro a 23

de dezembro. O Calendário Escolar Anual e o Calendário Escolar Semestral de 2022 já estão definidos e aprovados pela portaria nº 667 de 08 de dezembro de 2022.

O ano letivo de 2022, além de toda as ações pedagógicas que favoreçam as garantias das aprendizagens, continuará necessitando do envolvimento de toda comunidade escolar para manutenção de atenção especial aos critérios sanitários e aos protocolos de biossegurança destinados à orientação e às medidas de prevenção ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2); bem como à avaliação e à condução em situação de casos suspeitos/confirmados de Covid-19 e, conforme Decreto do GDF de 2020 (DECRETO Nº 40.509, DE 11 DE MARÇO DE 2020) e PARECER CNE/CP nº 6/2021, aprovado em 6 de julho de 2021 - Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.

DIAGNÓSTICO DA ESCOLA E DE SEU TERRITÓRIO

> "O termo diversidade significa, diferença, dessemelhança, heterogeneidade, desigualdade. A diversidade está relacionada, a um só tempo, à diferença de padrões, saberes e culturas hierarquizadas e à desigualdade econômica". (Currículo da Educação Básica- Pressupostos Teóricos; pg 40).

É com base nesse entendimento de diversidade que o CEF 103 de Santa Maria, pode discutir as ações a serem integradas no Projeto Político Pedagógico da escola. Sendo assim, uma das etapas é fazer o diagnóstico da escola e de seu território, bem como de nossos estudantes.

O registro dos resultados da construção coletiva da nossa Proposta Pedagógica consta na página 70 dos anexos.

O CEF 103 é uma escola composta por alunos com características diversas, aliás, como toda instituição escolar. Em especial, nossa escola tem o privilégio de ser uma Escola Inclusiva, daí a enorme diversidade e a oportunidade de grandes relações. O fato de ser uma instituição inclusiva nos proporciona turmas com números de alunos reduzidos. Além de turmas regulares com inclusão, a escola tem seis turmas ANEEs, atendidas pelo projeto "EJA INTERVENTIVO 1º e 2º SEGMENTOS" e uma turma de CLASSE ESPECIAL, o que garante a esses alunos de diversas faixas etárias e diferentes necessidades, um atendimento ainda mais apurado.

Boa parte dos alunos que compõem as turmas regulares apresentam sérios problemas de defasagem idade/série, dificuldade na assimilação de conteúdo consequência da falta de pré-requisito e uma dificuldade profunda na aceitação de regras sociais e do próprio regulamento escolar. Somam-se a esses problemas, outros de dimensões ainda maiores, como a desestrutura familiar, baixo grau de instrução dos pais, envolvimento ou uso de drogas lícitas ou ilícitas, gravidez precoce entre outros problemas que são tão característicos desta comunidade.

Mesmo inseridos em um contexto tão complexo e desigual, no decorrer de cada ano letivo, e numa unidade de esforços são articulados uma série de ações interventivas para promover a educação, a cidadania, o resgate, a aprendizagem, o conhecimento

científico e as relações humanas. A superação é a característica principal dos nossos alunos e também dos nossos professores que a partir de uma relação dialógica e respeitosa têm conquistado esse público tão singular e que de alguma forma sempre nos proporciona bons frutos.

Acreditar na transformação de nossos alunos inclui acreditar no resgate do ser humano em sua totalidade e isso se faz com dedicação, diálogo, investimento do estado e adequações pedagógicas e curriculares sempre que necessário.

Neste panorama, surge a necessidade de um posicionamento da escola, enquanto responsável pela articulação entre os diversos segmentos, para que estes possam estabelecer uma crítica construtiva da sociedade, possibilitando uma ação constante, interventiva e eficaz destes, ante o cenário sócio-político- econômico e cultural, levando-se em conta o seu papel de formadora de opinião, voltada para a qualidade, a eficiência e a eficácia.

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IDEB
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado:	Escola	UF:	DF
Município:	BRASÍLIA	Nome da Escola:	CEF 103 DE SANTA MARIA
Rede de ensino:	Estadual	Série / Ano:	8ª série / 9º ano

8ª série / 9º ano

	Ideb Observado								Metas Projetadas							
Escola	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
CEF 103 DE SANTA MARIA	3.0	3.4	3.9	3.7	3.7	4.0	4.5	4.8	3.1	3.2	3.5	3.9	4.3	4.5	4.8	5.1

Obs:

* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
** Sem média no SAEB: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.
*** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep.
Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Pesquisar Novamente

Atualizado em 15/09/2020

Copyright MEC - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Fonte: http://ideb.inep.gov.br/

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n.9394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para com o ensino fundamental. Assim, vê-se no art. 22 dessa lei que a educação básica, da qual o ensino fundamental é parte integrante, deve assegurar a todos "a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornece-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores", fato que torna o ensino fundamental o importante elo entre os níveis de estudos seguintes.

Neste contexto, os planejamentos curriculares estão voltados para uma educação integral de qualidade, com vistas à Cidadania, à Diversidade, à Sustentabilidade e aos Direitos Humanos. Buscando a participação ativa da família dos nossos estudantes.

Dentro dessa perspectiva de um trabalho voltado para as relações interpessoais e a valorização do ser, é que a escola vem procurando oportunizar ações que concorram para a execução das atividades propostas, desenvolvendo projetos que prepare o aluno para o exercício da cidadania consciente de seus direitos e deveres na busca de aprendizagens significativas nas quais se desenvolvam competências e habilidades que possam estar disponíveis para a ação eficiente do estudante diante de situações concretas da vida cotidiana.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

> "A existência de um diálogo franco, crítico e construtivo promove a ocorrência de maior participação, essência da cidadania. "

O trabalho pedagógico na escola requer a sua adequação às condições sociais de origem, às características individuais e socioculturais e ao nível de rendimento escolar dos alunos. Isto implica ter como ponto de partida conhecimentos e experiências de vida; que a escola deve interagir continuamente com as condições de vida da população para adaptar-se às suas estratégias de sobrevivência, visando impedir a exclusão e o fracasso escolar. Devendo ainda compreender as dificuldades dentro da problemática maior que é a estrutura social, o que coloca a necessidade da participação dos educadores nas lutas políticas e sociais. A consciência política dos professores deve convergir para o trabalho que se faz dentro da escola. Democratização do ensino significa, basicamente, possibilitar aos alunos o melhor domínio das matérias, dos métodos de estudo, e, através disso, o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades intelectuais, com especial destaque a aprendizagem da leitura e da escrita, a reflexão e raciocínio lógico.

A história tem nos mostrado que não se alcança êxito numa luta solitária e/ou corporativista. A luta pela construção de uma escola cidadã deve ser alvo não apenas de um ou poucos segmentos, mas de toda a comunidade escolar.

O Centro de Ensino Fundamental 103 de Santa Maria, fundamenta e organiza seus conteúdos a partir das exigências definidas no artigo 26-A da LDB (10.639/03 e 11.645/08) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. O Parecer 03/2004 incentiva políticas de prevenção à interrupção escolar motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual criando redes de proteção contra formas associadas de exclusão; a resolução 01/2012- CEDF, art.19 assegura o ensino dos Direitos da Mulher; a Lei 4920/2012 CEDF assegura o ensino de Educação Patrimonial promovendo o acesso dos estudantes da rede pública de ensino do DF ao patrimônio artístico, cultural, histórico e natural do DF. Assim sendo, é assegurado ao educando direito à Educação para a

Diversidade, Sustentabilidade e Direitos Humanos.

Dentro da perspectiva de um trabalho voltado para as relações interpessoais e a valorização do ser, é que nossa escola vem procurando oportunizar ações, que concorram para a execução das atividades propostas, com competências e habilidades adequadas ao Currículo da Educação Básica da SEEDF e a BNCC, na busca de uma educação de qualidade e aprendizagem significativa.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Instruir a criança e o adolescente para utilizar as diferentes linguagens - verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal - como meios para compreender o ambiente natural e social, o sistema político, as diferentes tecnologias, as artes e os valores em que se fundamentam a nossa sociedade, expressar e comunicar suas idéias e usufruir das produções culturais. Além de promover o acesso e a permanência na escola.

Objetivos Específicos

- Concretizar a implantação da Gestão Compartilhada.
- Prestar atendimento educacional especializado aos estudantes ANEES.
- Atender quantitativa e qualitativamente todo adolescente, conforme estratégia de matrícula da SEEDF, visando o seu ingresso, permanência e sucesso na escola, observando-se as características de atendimento do Centro de Ensino.
- Possibilitar o diálogo;
- Organizar-se para a busca de soluções;
- Provocar a organização para a conquista do espaço de participação, com vistas à instauração da relação democrática;
- Buscar a explicitação do papel e da importância de todos os elementos do processo educativo e sua participação efetiva.
- Planejar e articular ações integradas, entre corpo docente e discente, servidores e comunidade visando o bom desenvolvimento social e acadêmico dos nossos estudantes.
- Realizar o acompanhamento pedagógico semanalmente com visita às salas de aula e com reuniões com os responsáveis pelos alunos, promovendo o envolvimento da família para chegar ao rendimento satisfatório dos alunos com grau de dificuldade de aprendizagem e alto índice de indisciplina e evasão escolar.

CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Numa perspectiva histórico-crítica, a escola para todos requer que se define como meta uma escola pública de boa qualidade, pois, a educação também interfere para a sociedade, podendo contribuir para sua transformação. Isto é, uma escola mantida com bons profissionais e projetos que ofereça as suas contribuições para garantir e assegurar que todos tenham acesso a uma boa educação e formação pessoal.

Para isso é necessário que tenha consciência de que a autonomia não é algo a ser implantado, mas sim, assumido por todo o grupo envolvido e que “o desenvolvimento não é um processo previsível, universal ou linear, ao contrário, ele é construído no contexto, na interação com a aprendizagem.” (Zanella, 1992)

METAS

- As metas estabelecidas pelo Centro de Ensino Fundamental 103 serão executadas gradualmente a curto, médio e longo prazo, e são elas:
- Implantação da Gestão Compartilhada;
- Garantir a qualidade de ensino;
- Respeitar o potencial de cada aluno e acreditar na superação das dificuldades dos envolvidos, professores, alunos e funcionários através de um trabalho integrado onde todos são aprendizes, todos estão juntos para trocar experiências.
- Construir uma escola que vise o sucesso de todos (alunos, professores, funcionários e pais) valorizando a educação como base de nossa obra educacional.
- Trabalhar as diversidades e especificidades de cada indivíduo sem distinção de credo, raça e cor.
- Promover ações de conscientização para toda a comunidade escolar, a fim de abolir qualquer atitude discriminatória e preconceituosa.
- Trabalhar ações que busquem diminuir a violência e o vandalismo advindos de
- grupos formados por pichadores, hoje, tão comuns em nosso estabelecimento de ensino.
- Reduzir os índices de reprovação, defasagem idade/série e evasão.

AÇÕES

- Possibilitar condições igualitárias de exercício do pleno direito de escolarização.
- Acompanhamento da frequência e rendimento escolar, investigando a razão das faltas e incentivando a permanência do estudante na escola e desestimulando o abandono.
- Realizar ações voltadas para as áreas de conhecimento/disciplinas e alunos que apresentam resultados críticos.
- Auxiliar os professores a desenvolver estratégias educacionais que atendam às diferentes necessidades dos alunos do contexto escolar.
- Sensibilizar as famílias para maior participação no processo avaliativo/interventivo, tornando-as corresponsáveis no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.
- Dar apoio aos professores regentes das turmas onde os ANEE estão inseridos sugerindo atividades promovendo encontros e estudos dirigidos, interferindo junto às famílias através de reuniões de atendimento coletivo e individual.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A LDB no artigo 2º, prevê que a educação é dever da família e do Estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

"O 3° Ciclo para as Aprendizagens constitui alternativa mais democrática, integrada e dialógica, respeitando os ritmos de aprendizagem e minimizando mecanismos de exclusão social. Nesse sentido, essa iniciativa visa promover a permanência dos estudantes na escola, assegurando a progressão continuada das aprendizagens. Essa permanência é sustentada por uma concepção de avaliação que busca aprimorar constantemente o processo de ensino e de aprendizagem em todas suas dimensões, reconfigurando os espaços e os tempos em que as aprendizagens acontecem como um movimento inerente à ação pedagógica, uma avaliação formativa contrária à lógica seriada.

A Organização do Trabalho Pedagógico em ciclos, na escola, assenta-se na possibilidade de se recorrer a diversas pedagogias, a fim de contemplar os múltiplos modos de aprender, tendo como base os preceitos da Pedagogia Histórico Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural (SAVIANI, 2007), concepções teórico- metodológicas do Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF que consideram que o processo de ensino e aprendizagem parte das práticas sociais nas quais professores e estudantes estão inseridos.

Quanto à sua composição, o 3º Ciclo para as Aprendizagens divide-se em dois blocos: 1º Bloco (atuais 6º e 7º ano do Ensino Fundamental) e 2º Bloco (atuais 8º e 9º ano do Ensino Fundamental). Neste ciclo, a enturmação dos estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais (ANEE), acontece de acordo com a estratégia de matrícula proposta pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal".

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DO 3º CICLO PARA AS APRENDIZAGENS

1º BLOCO (6º e 7º anos)	2º BLOCO (8º e 9º anos)
Estudantes com 11 e 12 anos de idade, com flexibilidade - Possibilidade de reprovação no final do bloco (7º ano)	Estudantes com 13 e 14 anos de idade, com flexibilidade - Possibilidade de reprovação no final do bloco (9º ano)

A organização escolar em ciclos apresenta uma sistematização para os espaços e tempos escolares com vista às aprendizagens.

O trabalho pedagógico compreende todas as atividades teóricas – práticas desenvolvidas pelos profissionais do estabelecimento de ensino para a realização do processo educativo escolar. Tem por objetivo planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades didático pedagógicas, proporcionando a troca de experiências e implementação do Currículo de Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal.

PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA

O plano de ação está interligado com o Projeto Político Pedagógico, SOE e Sala de Recursos cujo objetivo é consolidar o esforço coletivo para definir, rever e consolidar a participação de todos no processo educativo:

No Plano de Ação da Escola os assuntos em discussão são: Cumprimento do Calendário Escolar, Proposta Pedagógica, Regimento escolar; planejamento participativo e financeiro, Proposta Curricular/ plano de trabalho docente, Projetos, Reuniões pedagógicas e de Pais e Mestres, Relação Escola e Comunidade, Enfrentamento à evasão e outros desafios Educacionais.

Para apoiar o trabalho pedagógico, a escola conta com o apoio da APAM e do CONSELHO ESCOLAR - um canal entre a escola e os pais. Cada um tem sua função e a periodicidade das reuniões é definida pelo Conselho a partir da iniciativa e entusiasmo dos pais.

O Conselho Escolar é responsável pelo estabelecimento de objetivos e de direções que a escola tomará no futuro. Ele desempenha um papel importante em assegurar que toda a comunidade seja envolvida em todas as decisões importantes tomadas pela escola. A APAM terá como finalidade promover a integração da escola com a comunidade e a família, buscando o desempenho mais eficiente do processo educativo, através de objetivos distintos.

Coordenação Pedagógica

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	PARCERIAS ENVOLVIDAS	PÚBLICO	CRONOGRAMA	AVALIAÇÃO DAS AÇÕES
• Articular e garantir as ações durante as coordenações pedagógicas da UE. • Implementar o Currículo em Movimento da SEDF e o currículo da Educação Básica. • Assegurar nas coordenações pedagógicas o tempo e espaço de formação continuada dos professores. • Definir estratégias com os demais envolvidos para garantir, nas coordenações coletivas, todas as ações de todos os envolvidos para atuarem no teletrabalho • Acompanhar e valorizar os trabalhos virtuais dos professores das Classes Regulares e das Classes Especiais, EJA 1º e 2º Segmentos e EJA Interativa.	• Elaboração do Plano de Ação. • Participação na Elaboração do Projeto Pedagógico da unidade escolar. • Avaliação e replanejamento das ações pedagógicas de forma coletiva. • Divulgação e incentivo à participação dos professores nas ações pedagógicas promovidas pela SEDF. • Acompanhamento dos trabalhos dos professores, a fim de garantir a elaboração e organização do material didático dos alunos nas aulas remotas e das atividades impressas.	• Regionais de Ensino. • SEEDF. • Unidade Escolar. • Direção, discentes; docentes; pais e/ ou responsáveis e a comunidade sensibilizada com o processo de ensino-aprendizagem dessa unidade escolar.	• Coordenadores, Professores; estudantes e respectivas famílias.	• Ao longo do ano letivo.	• Relatórios; • Gráficos; • Conselhos de Classe; • Comunicação via E-mail; whatsApp, telefone, etc.;

Orientador Educacional

Orientadora Educacional: Valéria Ribeiro Guimarães Frutuoso
Matrícula: 2437643

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra a equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da rede pública de ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada à Proposta Pedagógica - PPP da unidade escolar, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

Assim sendo, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo:

METAS
Conduzir os estudantes a refletir e buscar as formas de aprimoramento para lidar com as situações concretas, em que os gatilhos emocionais, frustrações e ações das pessoas impactam nas demais e no contexto, identificando valores importantes para si e para o coletivo. Incentivar e esclarecer acerca da Valorização da Diversidade: conseguir reconhecer, valorizar e participar de grupos, redes e ambientes culturalmente diversos, saber interagir combatendo o preconceito. Identificar causas de conflitos e exercitar maneiras eficazes de resolvê- las em diversas situações interpessoais escolares e sociais. Utilizar estratégias para planejar e estabelecer metas pessoais e de aprendizagem, tendo em vista projetos presentes e futuros no sentido de aprender a persistir, manter o foco e cumprir compromissos pessoais e escolares com qualidade. E como a aprendizagem é ao longo da vida: conquistar autonomia para aprender. Contribuir no processo de integração família-escola-comunidade no compromisso compartilhado para o desenvolvimento da aprendizagem do estudante.

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO E EXECUÇÃO
	Edu cação em Cidadania	Edu cação em Diversi dade	Educação em Sustentabilidade			
• Acolhimento	X	X	X	• Elaboração e compartilhamento de materiais (mensagens e textos motivacionais, vídeos, slides, música, informativos, indicação de lives e realizar o acolhimento. • Realização de rodas de conversa	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Durante o ano letivo
• Evasão escolar (Acompanh amento da frequência)	X	X	X	• Levantamento e compilação de dados Vídeo, post, e ligações telefônicas. • Envio do levantamento de dados ao Conselho Tutelar.	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Durante o ano letivo
• Semana da inclusão lei 5.714/2016	X	X	X	• Elaboração e compartilhamentos de material;	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Março
• Ensino/ Aprendizagem				• Cartilhas e folders com rotina de estudos, textos motivacionais, posts, acompanhamento aos ambientes virtuais de aprendizagem, levantamento de dados sobre os alunos e contatos por ligações, mensagens e videoconferência.	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Durante o ano letivo.
• Mediação de conflitos				• Roda de conversas, vídeos, informativos, atendimentos individualizados e encaminhamentos a rede parceira caso necessite.	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Durante o ano letivo
• Semana da conscientização do uso sustentável da água • Lei Distrital 5.243/2013	X	X	X	• Elaboração e compartilhamento de material informativo	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Março
• Dia Nacional do livro • Abril verde e • Abril azul:	X	X	X	• Matrial temáticos	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Abril

• Campanha conscientização do autismo)						
• Semana de educação para a vida Lei 11998/2009	X	X	X	• Palestras, vídeos e material divulgativo.	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Maio
• Dia Nacional de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescent es lei Federal 9970/2000 • Maio laranja.	X	X	X	• Palestra, vídeos e material divulgativo.	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Maio
• Semana do Brincar (Lei Federal 13.257/2016)	X	X	X	• Vídeos e mensagem com sugestões	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Maio
• Dia Nacional da Educação Ambiental	X	X	X	• material divulgativo	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Junho
• Dia do Estudante • Agosto lilás • Dia nacional da Educação ambiental 1.433/1997)	X	X	X	• material divulgativo;	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Agosto
• Patrono da Educação Paulo Freire	X	X	X	• material divulgativo	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Setembro
• Semana da Educação de Jovens e Adultos e Semana da Educ. Profissional	X	X	X	• material divulgativo	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Setembro
• Dia Nacional da luta das Pessoas com Deficiência (Lei 11.133/2005)	X	X	X	• material divulgativo. • Vídeo	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Setembro
• Dia do Secretário	X	X	X	• material divulgativo	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Setembro
• Setembro Amarelo	X	X	X	• material divulgativo.	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Setembro
• Outubro Rosa	X	X	X	• material divulgativo • vídeo e cartilha	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Outubro
• Dia do professor	X	X	X	• Vídeos e mensagens	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Outubro
• Novembro azul	X	X	X	• Vídeo e Cartilha	• Ações institucionais com estudantes,	• Novembro

					professores e família.	
• Projeto do dia da Consciênci a Negra	X	X	X	• material divulgativo e vídeos	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Novembro
• Semana Maria da Penha (Lei Distrital 6.325/2019)	X	X	X	• material divulgativo e cartilha.	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Novembro
• Transição 9 anos	X	X	X	• Folders explicativo e apresentação de slides e vídeo	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Novembro
• Dia do Orientador Educacional	X	X	X	• material divulgativo	• Ações institucionais com estudantes, professores e família.	• Dezembro

Atendimento Educacional Especializado e Sala de Recursos Generalista

O atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos é definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação especial na educação básica (CNE/CEB, 2001) como um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado. Que suplementa (no caso de estudantes com deficiência e TGD) as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas e modalidades da educação básica.

A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) pontua que:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam - se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substituída a escolarização.

Atribuições de Professores de Salas de Recursos com atuação Generalista.

Esse espaço pedagógico destina-se ao atendimento Educacional Especializado dos Estudantes com Deficiência Intelectual, Deficiência Física, pessoa portadora de Síndrome de Down, Mental/DI, Transtorno do Espectro Autista TEA/DI, Transtorno Global do Desenvolvimento TGD/DI, EJA (Educação de Jovens e Adultos) 2º segmento (5ª a 8ª etapas). Altas Habilidades com profissionais itinerantes da rede, Deficiências Visual e Auditiva com profissionais itinerantes da rede.

As atribuiçãoes dos professores da sala de recursos, estão definidas no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, descritas abaixo;

- Orientar os estudantes para adaptação ao uso de próteses de membros superior ou inferior, seguindo as orientações médicas;
- Introduzir o estudante no aprendizado tecnológico acessível, identificando o melhor recurso de tecnologia disponível, e que atenda as necessidades, considerando a habilidade física e sensorial atual do estudante, bem como interagir para o uso de

tais tecnologias;

- Garantir o suprimento de material específico providenciado pela escola e pela secretaria de educação, sempre que disponível tais materiais (pranchas, cartes de comunicação vocalizadores, dentre outros) que atendam a necessidade comunicativa do estudante no espaço escolar.
- Adaptar materiais pedagógicos, para as atividades e os objetivos de proporcionar apropriação e o aprendizado do uso do recurso de comunicação e a ampliação de vocabulário de símbolos gráficos;
- Identificar o melhor recurso de tecnologia que atenda as necessidades dos estudantes, de acordo com sua habilidade física e sensorial atual e que promova, entre outros meios, a sua aprendizagem por meio da informática acessível;
- Ampliar o repertório comunicativo do estudante, por meio de atividades curriculares e de vida diária;
- Organizar os materiais que serão utilizados, para que o estudante compreenda o que necessita fazer;
- Organizar uma rotina diária escolar previsível e adequada para cada estudante;
- identificar a sala de recursos e os meios digitais de modo que o estudante possa se dirigir ou acessar os canais de forma individual ou acompanhado pela família ou monitor ao local de atendimento;
- Proporcionar tarefas adaptadas com complexidade adequada, ao nível da compreensão do estudante.
- Quando identificado a existência de fatores desencadeantes de problemas de comportamento pelo estudante, orientá-lo com o apoio e orientação escolar.
- Incentivar a comunicação do estudante, colocando a sua disposição mecanismos que lhe possibilitem pedir o auxílio e apoio que necessário ao desenvolvimento das atividades escolares.

Sala de Recursos

Objetivos Específicos	Ações/ Estratégicas	Parcerias Envolvidas	Público	Cronograma	Avaliações das Ações
• Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias. • Organizar o atendimento dos estudantes nas salas de recursos multifuncionais.	• O atendimento educacional especializado apresenta-se de forma complementar e suplementar à escolarização em classes comuns do ensino regular dos estudantes com deficiência. • Visando atender às suas especificidades. • Ensinar todos os estudantes atendidos, sem distinção e com qualidade, acessibilidade, permanência e promovendo seu processo de ensino-aprendizagem, bem como seu desenvolvimento global.	• Comunidade Escolar; • Orientação Educacional; • Coordenação de Ensino Especial;	• Alunos da UE;	• Atendimentos seguindo a grade de atendim ento individua lizado de cada estudant e que é atendido pela Sala de Recursos Generalistas e os respectivos Itinerantes.	• Avaliações diagnósticas. • Realização de acompanhamento e Avaliação escrita em enunciados curtos e objetivos • Avaliações que contemplem questões que incluam o estudante num mundo contextualizado. • Utilização de atividades com ludicidade e multifuncionais. • Atividades com materiais e estratégias pedagógicas diversificadas.

Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem-EEAA

UE: Centro de Ensino Fundamental 103 de Santa Maria Telefone: 3901-6612
Diretora: Romilda de Souza Leão – aposentada em 12/05/2022 Vice-diretor: Saul Guimarães Filho
Quantidade de estudantes: 663 Nº de turmas: 28
Etapas/Modalidades: Ensino Fundamental 9 Anos / Anos Finais / EJA Interventiva do 1º e 2º segmentos da 1ª a 8ª Etapa/Classes Especiais.
Serviços de Apoio: (x) Sala de Recursos (x) Orientação Educacional ( ) Sala de Apoio à Aprendizagem ( ) Outro
EEAA – Pedagoga: Deise Silva Carvalho

Contexto da Unidade Escolar

O CEF 103 é uma escola composta por alunos com características diversas, aliás, como toda instituição escolar. Em especial, nossa escola tem o privilégio de ser uma Escola Inclusiva, daí a enorme diversidade e a oportunidade de grandes relações. O fato de ser uma instituição inclusiva nos proporciona turmas com números de alunos reduzidos. Além de turmas regulares com inclusão, a escola tem quatro turmas ANEEs, atendidas pelo projeto "EJA INTERVENTIVO", o que garante a esses alunos de diversas faixas etárias e diferentes necessidades, um atendimento ainda mais apurado.

Boa parte dos alunos que compõem as turmas regulares apresentam sérios problemas de defasagem idade/série, dificuldade na assimilação de conteúdo consequência da falta de pré-requisito e uma dificuldade profunda na aceitação de regras sociais e do próprio regulamento escolar. Somam-se a esses problemas, outros de dimensões ainda maiores, como a desestrutura familiar, baixo grau de instrução dos pais, envolvimento ou uso de drogas lícitas ou ilícitas, gravidez precoce entre outros problemas que são tão característicos desta comunidade.

Mesmo inseridos em um contexto tão complexo e desigual, no decorrer de cada ano letivo, e numa unidade de esforços são articulados uma série de ações interventivas para promover a educação, a cidadania, o resgate, a aprendizagem, o conhecimento científico e as relações humanas. A superação é a característica principal dos nossos alunos e também dos nossos professores que a partir de uma relação dialógica e respeitosa têm conquistado esse público tão singular e que de alguma forma sempre nos proporciona bons frutos. Acreditar na transformação de nossos alunos inclui acreditar no resgate do ser humano em sua totalidade e isso se faz com dedicação, diálogo, investimento do estado e adequações pedagógicas e curriculares sempre que necessário (Proposta Pedagógica/CEF 103 – 2014).

Diante do contexto escolar descrito acima, a EEAA vem para contribuir com ações e reflexões que visam melhorar a qualidade do processo de ensino aprendizagem de todos os estudantes, com ou sem necessidade educacional especial. Todas as ações preventivas, institucionais e interventivas buscam subsidiar o aprimoramento das atuações profissionais e promover satisfatório desempenho dos estudantes, pela concretização de uma cultura de sucesso escolar.

Coordenação Coletiva

Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
• Envolvimento e participação da EEAA nas demandas da escola; • Caracterização e apresentação do Serviço de Apoio (EEAA– AEE -OE) para a equipe escolar.	• Criar espaços de reflexão com e entre professores, • coordenadores pedagógicos, supervisão e direção escolar; • Planejar e avaliar ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes; • Apresentar as competências e atribuições do SEAA.	• Participação nas reuniões coletivas que acontecem semanalmente na Unidade Escolar nos dois turnos; • Implantação do Serviço de Apoio (EEAA – AEE -OE) para embasar as ações.	• Apresentação do Serviço de Apoio: • Participação nas coletivas: durante todo o ano letivo.	• Equipe gestora, supervisão, coordenação, professores, EEAA, AEE e OE.	• A avaliação acontece através de diálogos nas coordenações coletivas, troca de informações e saberes e participação dos envolvidos em dinâmicas e reflexões.

Observação em Sala de Aula

Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
• Observação e análise dos estudantes encaminhados ao SEAA.	• Conhecer os estudantes atendidos pela EEAA; • Acompanhar o ambiente da sala virtual dos atores envolvidos; • Entrevistar professores e famílias dos estudantes encaminhados através de Formulários Google; • Ler e analisar relatórios antigos dos discentes em questão.	• Elaboração de formulários para entrevistar professores e famílias dos estudantes envolvidos; • Encaminhamento de estudantes com TFE para atendimento no polo da SAA conforme o quantitativo de vagas ofertadas; • Atualização da situação do estudante no cenário das aulas remotas.	• Encaminhamento dos estudantes para atendimento no polo da SAA:	• EEAA, professores, coordenadora da SAA (Suely Brito), secretária escolar, supervisora pedagógica.	• Registro e análise das observações e dados coletados.

Ações Voltadas à Relação Família-Escola

Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
• Acompanhamento familiar.	• Manter contato com as famílias dos estudantes atendidos pela EEAA; • Apresentar às famílias as ações já desenvolvidas pela equipe; • Solicitar a colaboração das famílias no processo de investigação da queixa escolar; • Conhecer a rotina e atividades realizadas pelos estudantes no contexto familiar; • Realizar orientações que ajudem as famílias a lidarem com questões que acontecem com os estudantes no ambiente familiar.	• Participação nas reuniões com pais ou responsáveis;	• Durante todo o ano letivo.	• EEAA e OE.	• Observação da interação dos participantes, análise e registro das informa ções.

Formação Continuada de Professores

Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
• Coordenações coletivas e oficinas que atendam às demandas dos professores	• Estabelecer um espaço de escuta no âmbito escolar; • Mediar conhecimentos que auxiliem os professores na condução das queixas escolares; • Orientar as ações dos professores para o planejamento de intervenções educacionais adequadas à situação escolar dos estudantes;	• Auxílio aos professores nas adequações curriculares (Plano Interventivo) e demais registros; • Promover oficinas e palestras com temas relevantes: dificuldades de aprendizagem, transtornos funcionais específicos (avaliação e intervenção), afetividade e possibilidades;	• No decorrer do ano letivo.	• Corpo docente e discente;	• Dinâmicas e participação/ atividades dos professores nas palestras e oficinas.

Reunião e Planejamento EEAA/SAA

Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
• Interação entre EEAA e SAA e formação continuada.	• Compartilhar as demandas das EEAA e SAA da CRE – Santa Maria; • Planejar ações a serem desenvolvidas nas três dimensões da Orientação Pedagógica do SEAA; • Atualizar e inovar práticas e aprendizagens no SEAA.	• Participação nas coordenações coletivas do SEAA na CRE – Santa Maria que ocorrem todas as sextas-feiras no turno matutino; • Troca de informações e materiais no grupo de WhatsApp do SEAA; • Semana da Jornada pedagógica da GSEAA; • Reunião coletiva para tratar do Plano de Ação, Mapeamento Institucional, adequações e o trabalho do SEAA.	• Reunião de acolhimento: 18 de Março (Quinta-feira); • Demais procedimentos: no decorrer do ano letivo.	• Coordenadoras, pedagogos(as) e psicólogos (as) da EEAA e SAA da CRE – Santa Maria.	• Análise, registro e aplicação das informações compartilhadas e novas aprendizagens.

Eventos

Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
• Suporte nos eventos promovidos pela escola.	• Contribuir com sugestões de vídeos, apresentações, palestrantes, posts e tudo que possa enriquecer os eventos realizados pela escola; • Compartilhar experiências exitosas; • Envolver e incentivar a participação das famílias e dos • estudantes nos eventos propostos.	• Participação ativa em todos os eventos realizados pela escola; • Reunião de acolhimento aos estudantes e famílias no início das atividades remotas.	• Durante todo o ano letivo.	• EEAA, AEE e OE.	• Participação, presenç a e registro dos eventos realizados pela Unidade Escolar.

Reunião com a Gestão Escolar

Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
• Efetivação da Proposta Pedagógic a da Unidade Escolar e reflexão sobre a estruturação do trabalho e participação da equipe pedagógica.	• Desenvolver estratégias que favoreçam a qualidade do processo de ensino e aprendizagem; • Assessorar a equipe gestora da escola; • Promover reflexão sobre as dificuldades encontradas no ensino remoto e contribuir com possíveis soluções; • Cooperar com a efetivação da Proposta Pedagógica da Unidade Escolar.	• Participação nas reuniões coletivas; • Participação e envolvimento nos eventos promovidos pela escola; • Produção do Plano de Ação da EEAA; • Formulação do Mapeamento Institucional; • Envolvimento nas atualizações da Proposta Pedagógica; • Atuação e participação nos encontros com a Comunidade Escolar;	• Durante todo o ano letivo.	• EEAA, AEE, OE e equipe gestora.	• Registro das participações, reuniões e contribuições no planejamento e execução de ações.

Estudos de Caso

Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
• Realizaç ão de estudos de caso para devidas adequações na formação de turmas dos estudantes.	• Fornecer subsídios para as adaptações necessárias e imprescindíveis para as estratégias de matrículas do ano letivo seguinte; • Analisar e colaborar na tomada de decisão dos estudos de caso.	• Promover estudos de caso nas situações em que haja necessidade de adequação ou de mudança de atendimento aos alunos que já tenham sido avaliados pela EEAA e possuam Relatório de Avaliação e Intervenção Educacional; • Levantamento de estudantes diagnosticados com Transtornos Funcionais Específicos; • Agendamento com as famílias e profissionais envolvidos nos estudos de caso; • Participação da reunião de modulação da Unidade Escolar; • Formação para professores sobre estudos de caso e preenchimento de respectivos documentos.	• De agosto a outubro do ano em questão	• EEAA, AEE, OE, Gestores; Supervisora Pedagógica; Chefe de Secretaria; Coordenadores e Professores.	• Participação, contribuições, registros em Ata, documentos e fichas referentes aos estudos de caso.

Conselhos de Classe

Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
• Acompanhamento das aprendizagens: progressos e fragilidades dos estudantes, em especial dos que foram encaminhados ao SEAA.	• Refletir sobre a aprendizagem dos estudantes e os métodos de ensino; • Contribuir com ações preventivas e interventivas visando a melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem; • Propor contínuas adequações às necessidades dos educandos; • Compartilhar informações e saberes entre os membros do conselho de classe.	• Participação em todos os conselhos de classe da Unidade Escolar; • Atuação e sugestão em relação às análises e relatos dos estudantes feitos pelos docentes; • Organizar previamente a agenda de conselhos de classe; • Realizar registros pertinentes durante o conselho para basear ações futuras; • Contribuir com informações das ações já realizadas pela EEAA em relação aos alunos atendidos.	• Bimestral.	• EEAA, AEE, OE, equipe gestora, supervisão pedagógica, coordenadores e professores.	• Participação e registros em Ata do Conselho e demais fichas da EEAA.

Projetos e Ações Institucionais / Intervenções Pedagógicas

Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimentos	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
• Foco na superação das dificuldades de aprendizagem.	• Auxiliar os estudantes a avançarem no progresso das aprendizagens; • Acompanhar de perto o desenvolvimento dos alunos com TFE's e aqueles com acentuada dificuldade de aprendizagem; • Contribuir com conhecimentos específicos do processo de desenvolvimento e aprendizagem; • Refletir acerca da relação entre os métodos de ensino e a aprendizagem que os mesmos proporciona m.	• Encaminhamento dos estudantes diagnosticados com Transtornos Funcionais Específicos para atendimento no polo da SAA; • Organização de espaço específico de escuta sensível para professores, famílias e estudantes encaminhados para a EEAA; • Postagem de sugestões de atividades e materiais de auxílio aos professores na sala virtual da EEAA; • Preenchimento de fichas e relatórios do SEAA	• Encaminhamento dos estudantes com TFE's: Março; • Sala da EEAA: a partir de Março; • Demais procedimentos: a partir de Maio.	• EEAA, OE, AEE e palestrantes convidados.	• Devolutivas dos procedimentos realizados, registros das informações pertinentes e escuta sensível.

Plano de Ação da Secretaria

Ações/ Demandas	Objetivos	Procedimento	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
• Assistir a Direção da IE/UE em serviços técnico-administrativos, especialmente os referentes à • vida escolar dos estudantes; planejar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades da Secretaria Escolar; • Conhecer, cumprir e divulgar o Regimento Escolar aprovado; • Organizar e manter atualizados a escrituração escolar, o arquivo, as normas, as diretrizes, as legislações e demais documentos relativos à organização e ao funcionamento escolar; • Analisar documentos para efetivação de matrícula, submetendo-os à apreciação da Direção e da Coordenação Pedagógica, quando necessário; • Encaminhar para a análise do órgão competente documentação escolar que necessite de parecer técnico; • Atender às solicitações dos órgãos competentes da SEEDF no que se refere ao fornecimento de	• Conhecer, cumprir e divulgar a legislação educacional vigente, incorporando a ao cotidiano da Secretaria Escolar. • Planejar, coordenar, controlar e supervisionar as atividades da Secretaria Escolar. • Conhecer, cumprir e divulgar o Regimento Escolar aprovado;	• Atendimento a comunidade escolar no horário de 8h às 12h e das 13h às 17 horas.	• Anual	• Jucileide Marinho de Sousa • Patrícia Ribeiro de Resende Roriz Medeiros	

informações relativas à IE/UE, à vida escolar dos estudantes e dos professores regentes e/ou dos demais profissionais que ali atuam; • Emitir e assinar documentos escolares, juntamente ao Diretor, de acordo com a legislação vigente, sendo ambos corresponsáveis pela veracidade do fato escolar; • Adotar medidas que garantam a preservação de toda a documentação sob sua responsabilidade, bem como o sigilo de informações; • Lavrar atas e anotações de resultados finais, de estudos de recuperação, de exames especiais e outros processos de avaliação, cujo registro for necessário; • Eliminar documentos escolares, de acordo com a legislação vigente; • atender a comunidade escolar com cordialidade, presteza ESCRITURAÇÃO ESCOLAR, por meio do registro de dados dos estudantes, professores e demais funcionários quando couber de resultados pedagógicos					

alcançados pela IE/UE; de correspondênci as oficiais. • ARQUIVAMENTO (meio físico e digital) de toda a documentação: dos estudantes, da IE/ UE, dos servidores, quando for o caso, de escrituração escolar, pedagógicos, administrativos, correspondênci as e legislações. • Expediente, por meio de registros escolares e funcionais, quando for o caso. • Fornecimento de informações, zelando pela ética, respeito e sigilo.					

Sala de Leitura

Objetivos Específicos	Ações/ Estratégias	Parcerias Envolvidas	Público	Organ ogram a	Avaliação Das Ações
• Promover um espaço agradável que motive a leitura, o estudo e a pesquisa • Dar suporte a projetos desenvolvidos pelos professores docentes.	• Organizar o acervo de acordo com a norma técnica da ABNT. • Anotar empréstimo e recebimento do acervo. • Organizar a distribuição e o recolhimento dos livros didáticos. • Fazer a recuperação física dos • livros. • Alimentar a biblioteca virtual com acervo de suporte a projeto de leitura. • Fazer um projeto para estimular a leitura. • Preparar o espaço para aulas complementares. • Desenvolver atividade de apoio ao professor regente.	• Professores regentes. • Comunidade escolar.	• Alunos do CEF 103.	• Ano letivo	• Reunião semanal com equipe gestora. • Pesquisa de opinião da comunidade escolar (caixa de sugestão).

Professores Readaptados

Objetivos Específicos	Ações/ Estratégias	Parcerias Envolvidas	Público	Organograma	Avaliação Das Ações
• Atuar de forma colaborativa com os professores das classes especiais, das turmas EJA Interventiva, e do Ensino regular para definição de estratégias pedagógicas. • Desenvolver um trabalho de apoio/suporte pedagógico de forma integrada, com a finalidade de auxiliar na identificação, elaboração e organização dos recursos pedagógicos; • Buscar as melhores estratégicas para assegurar a aprendizagem dos alunos. • Oferecer estratégias de aprendizagens por meio de ferramentas tecnológicas e impressas; • Possibilitar a continuidade do processo de ensino aprendizagem utilizando os recursos tecnológicos e outros possíveis; • Pesquisar e sugerir aplicativos,	• Atuar ativamente para troca de informações de atividades complementares e para o acompanhamento coletivo das turmas; • Dividir com os pais a responsabilidade através de: ligações por telefone, whatsapp e reuniões; • Assegurar que os alunos tenham acesso às atividades impressas; • Intensificar a busca ativa via whatsapp. • Deslocar da zona de conforto para a impressão das atividades para os estudantes. • Analisar bimestralmente resultados obtidos no decorrer do bimestre.	• Equipe gestora, professores • Orientação Educacional SOE, • Sala de Recurso e a Pedagoga, os alunos, pais e responsáveis.	• Alunos e toda a comunidade escolar envolvida no processo de ensino.	• Durante o ano letivo.	• Serão realizadas através de observações e acompanhamento de resultados obtidos no decorrer do ano letivo.

site, canais do youtube e diversos meios que possam facilitar a rotina do professor/aluno o; • Ampliar o elo de comunicação família/escola envolvidas no processo ensino e aprendizagem • Organizar um trabalho de suporte pedagógico de forma integrada com a finalidade de auxiliar na identificação, elaboração e organização dos recursos tecnológicos disponíveis; • Orientar na elaboração do material didático e pedagógico que possa ser utilizado pelos estudantes no espaço: escola/ residência; • Atuar de forma colaborativa com os professores da Unidade de Ensino CEF 103 de Santa Maria DF.					

Elaborado pela equipe de apoio pedagógico:

- Léia da Aparecida Rodrigues de Queiroz
- Maria Aparecida Gomes dos Santos
- Marléa Macambira Moura Soares

ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

Avaliação Formativa para as Aprendizagens.

O Centro de Ensino Fundamental 103 de Santa Maria, observa as normas traçadas nas Diretrizes de Avaliação para as aprendizagens, os PCN's, Plano de Educação do DF, a Proposta Pedagógica das Escolas Públicas do DF e o seu Plano de Ação.

Segundo Perrenoud (1993), a formação inicial deve também considerar o desenvolvimento da autonomia, mas com responsabilidade e riscos assumidos pessoalmente, e, por isso mesmo, uma ética. Exige-se do professor uma capacidade para reconstruir e negociar uma divisão de trabalho em equipe; e passa pela atualização constante de saberes e de suas competências.

A avaliação é uma questão muito crítica na área pedagógica, onde existem várias correntes com perspectivas diferentes. O que tem ocasionado à maioria das discussões em torno da avaliação é a tentativa de definição do significado primordial de sua prática na ação educativa.

A verificação do rendimento escolar compreende a Avaliação formativa processual, contínua cumulativa, abrangente, diagnóstica e interdisciplinar a apuração da assiduidade, preponderando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Visa identificar em que medida os conteúdos significativos necessários ao domínio das competências e habilidades foram alcançados pelos alunos.

A avaliação da aprendizagem é realizada pelo professor mediante utilização de instrumentos e estratégias diversificadas tais como: observação, exercícios, provas, testes, pesquisas, trabalhos individuais e em grupo, atividades práticas e outras de cunho pedagógico.

São realizadas, no mínimo, quatro componentes de avaliação da aprendizagem, por bimestre, em cada componente curricular.

A apuração da assiduidade é realizada, pelo professor, por meio do controle da frequência às aulas que é registrada em Diário de Classe WEB ou MANUAL, no sistema i-Educar.

A Avaliação incidirá sobre os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da atividade escolar, devendo ser realizada por meio de procedimentos internos definidos pela Escola e externos, pelos órgãos superiores. A avaliação interna realizada pelo Conselho Escolar em reuniões especialmente convocadas, terá como objetivo a análise, orientação e reformulação, se necessário, dos procedimentos pedagógicos, financeiros e administrativos.

Terá como meta o aprimoramento da qualidade do ensino, sendo sustentada por procedimento de observação e registros contínuos, para permitir o acompanhamento. Dessa forma, a avaliação deve ser realizada como:

O estabelecimento de critérios claros e precisos;

A observação, acompanhamento de todo o processo, de toda a produção dos educandos.

A análise das produções dos educandos, considerando-se suas concepções prévias, ou seja, o seu nível de conhecimento, considerando-se o todo de sua produção individual e em grupos, registros, textos, cadernos, trabalhos de pesquisa, seminários, etc.;

A auto avaliação deve fazer parte desse processo;

A avaliação deve:

- Apresentar atividades contextualizadas;
- Abordar problemas complexos;
- Utilizar todos os recursos possíveis;
- Contribuir no desenvolvimento das competências;
- Apresentar suas exigências antes da avaliação;
- Ser considerada a colaboração em duplas, grupos;
- Considerar as estratégias cognitivas dos educandos;
- Respeitar as aptidões dos educandos e suas concepções prévias;
- Considerar os erros como parte do processo;
- Considerar, além da aquisição de conceitos, a aquisição de procedimentos e atitudes.

O avanço de estudos quando assim indicarem a potencialidade do aluno, o seu desempenho escolar e suas condições de ajustamento a períodos mais adiantados darem-se há com a indicação de pelo menos um professor e, em comum acordo com os demais e a direção em conselho de classe ou extraordinariamente dentro dos embasamentos legais, previstos no projeto interventivo desta unidade de ensino.

A Recuperação Contínua não pressupõe a realização de provas específicas com a finalidade de alterar notas já obtidas, mas de determinar o domínio das habilidades, competências e conteúdos para a análise final de resultado no componente curricular. A recuperação, na educação escolar, já estava prevista na Lei 5692/71, no art. 14: "O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento"

CONSELHO DE CLASSE

No Distrito Federal, a Lei nº 4.751/2012 reserva ao Conselho de Classe o status de Colegiado que comporá com outros os mecanismos de garantia da participação democrática dentro da escola. Diz o artigo 35 desta legislação:

O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da gestão democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e de aprendizagem, havendo tantos conselhos de classe quantas forem as turmas existentes na escola.

1º O conselho de Classe será composto por:

- Todos os docentes de cada turma e representante da equipe gestora, na condição de conselheiros natos;
- Representante dos especialistas em educação;
- Representante de carreira Assistência;
- Representantes dos pais ou responsáveis;
- Representantes dos alunos a partir do 6º ano.

O Conselho de Classe é instância deliberativa da instituição educacional, proporciona a participação ampla de todos no processo educativo. É organizado e presidido pelo diretor da instituição educacional ou seu representante legal com a efetiva participação do grupo de professores que desenvolvem suas atividades com os alunos de uma mesma série, o orientador educacional o supervisor pedagógico ou coordenador pedagógico por meio de um cronograma de reuniões, o conselho de classe, objetiva conhecer sistematicamente cada aluno e consequentemente cada turma.

Tem como objetivo diagnosticar, aconselhar, realizar prognóstico, analisar rendimento, buscar alternativas, elaborar projeto Interventivo, repensar estratégias de trabalho, desenvolver ações coletivas e identificar evidências de mudanças de comportamento no aluno são atribuições de suma importância do Conselho de Classe. Nesse sentido, promove-se o desenvolvimento de competência. Portanto, constitui-se num momento importante dentro dessa nova perspectiva de avaliação.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação institucional destina-se a analisar a implementação do projeto político pedagógico para identificar suas potencialidades e fragilidades e orientar sua revisão com vistas à garantia da qualidade social da escola.

A avaliação institucional tem sua legitimidade quando a escola estabelece a relação entre a sua política educacional, o Projeto Pedagógico, sua organização, suas ações definidas no Plano de Desenvolvimento da Escola e a prática do dia a dia da instituição. Trata-se de uma autoavaliação pela escola sua articulação com os outros dois níveis (aprendizagem em larga escala ou rede). A avaliação institucional analisa, retoma, reorganiza os processos utilizados na avaliação para as aprendizagens. Procura instruir e melhorar as concepções e práticas que se materializam na avaliação que ocorre no cotidiano da sala de aula. (Diretrizes de Avaliação Educacional 2014, 2016).

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA

A organização curricular da escola se faz necessária uma vez que só é possível atingir aquilo que se deseja na prática socioeducativa quando se tornam claros e coerentes os objetivos educacionais. Essa organização curricular, que é um desafio na superação do currículo fragmentado, descontextualizado, tradicional, linear e hierarquizado, pode ser um importante avanço rumo a uma educação de fato democrática, integrada e, consequentemente, significativa, inclusive àqueles que estão no centro do processo de ensino aprendizagem.

Para a construção de um currículo integrado é fundamental que a escola pense, considere e explore, definitivamente, os eixos estruturantes da educação básica de forma que a sala de aula e o próprio ambiente escolar promovam uma real aproximação entre conteúdo e vida; conhecimento geral e conhecimento local. É importante nesse processo de construção ou (re)construção do currículo, organizar os conteúdos em torno de temas e referenciais que, no currículo tradicional, muitas vezes ficavam à margem ou negligenciados. Eixos como Educação para a vida, Cidadania, Educação para Direitos Humanos e Sustentabilidade proporcionam ao educador, bem como ao aluno vivências, experiências, relacionamentos e leitura de mundo ainda mais sólido, solidário e abrangente.

Integrar os projetos educativos da escola ou mesmo os projetos educativos da SEEDF às novas propostas curriculares exige de todos, compromisso, flexibilidade e persistência já que a educação formal não consegue muitas vezes acompanhar o ritmo frenético das mudanças do mundo moderno. Integrar um currículo em movimento aos projetos já em andamento de uma secretaria (Olimpíadas, Educação de Tempo Integral, Salas de Recursos, Circuitos de Ciências, Orientação Educacional entre outros) só será possível e real à medida que os sujeitos dessa educação (alunos, professores, gestores, coordenadores e Estado) participem de forma conjunta na sua construção.

Será na relação dialógica e na valorização da apropriação da experiência histórico-cultural que se construirá uma educação transformadora, crítica, científica, reflexiva e acima de tudo libertadora.

CURSO: Ensino Fundamental
MODALIDADE: Regular
REGIME: Anual
TURNO: Diurno

CONSTITUIÇÃO DO CURRÍCULO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA SEMANAL			
		5ª	6ª	7ª	8ª
BASE NACIONAL COMUM	Língua Portuguesa	5	5	5	5
	Matemática	5	5	5	5
	Geografia	3	3	3	3
	História	3	3	3	3
	Ciências Naturais	4	4	4	4
	Arte	2	2	2	2
	Educação Física	3	3	3	3
	Língua Estrangeira Moderna	2	2	2	2
PARTE DIVERSIFICDA	PD I	1	1	1	1
	PD II	1	1	1	1
	PD III	1	1	1	1
TOTAL CARGA HORÁRIA SEMANAL (módulo-aula)	30	30	30	30	30
TOTAL CARGA HORÁRIA SEMANAL (hora-relógio)	25	25	25	25	25
TOTAL SEMESTRAL (hora-relógio)	500	500	500	500	500
TOTAL ANUAL (hora-relógio)	1000	1000	1000	1000	1000

CURSO: Educação de Jovens e Adultos
MODALIDADE: 2º segmento
REGIME: semestral
TURNO: Diurno

Bloco 1	Carga horária	Bloco 2	Carga horária
Língua Portuguesa	5	Língua Portuguesa	5
Matemática	5	Matemática	5
Educação Física	1	Educação Física	1
Ciências da Natureza	4	Ciências da Natureza	4
História	6	Geografia	6
L.E.M. - Inglês	2	Arte	4
Ensino Religioso (opc.)	2	-	-
Total semanal	**25**	**Total semanal**	**25**

GESTÃO DEMOCRÁTICA

ART 2° A gestão democrática da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, cuja finalidade é garantir a centralidade da escola no sistema e seu caráter público quanto ao financiamento, à gestão e à destinação, observará os seguintes princípios:

Participação da comunidade escolar na definição e na implementação de decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, por meio de órgãos colegiados, e na eleição de diretor e vice-diretor da unidade escolar;

- Respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal;
- Autonomia das unidades escolares, nos termos da legislação, nos aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão financeira;
- Transparência da gestão da Rede Pública de Ensino, em todos os seus níveis, nos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros;
- Garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho;
- Democratização das relações pedagógicas e de trabalho e criação de ambiente seguro e propício ao aprendizado e à construção do conhecimento;
- Valorização do profissional da educação.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Centro de Ensino 103 atende os requisitos básicos necessários ao funcionamento de um Centro de Ensino, conforme tipologia, para atendimento de aluno do Ensino Fundamental – 3º Ciclo (6º ao 9º ano) e EJA Interventiva 1º e 2º segmento (CEE) no diurno.

O atendimento está dividido em nos dois turnos, sendo no matutino: seis turmas de 6º ano, duas turmas de ensino especial, cinco turmas de 7º ano e uma turma de EJA primeiro segmento e no vespertino, duas turmas de Ensino Especial, três turmas de EJA Interventivo segundo segmento, quatro turmas de 8º ano e quatro turmas de 9º ano.

Gestão de Pessoas

Nº	DIREÇÃO		
	Nome	Matrícula	Função
1	Romilda de Souza Leão	00392812	Diretora - aposentada em 12/05
2	Saul Guimarães Filho	02127202	Vice-Diretor
3	Quintina Sales de Sousa	0037539X	Supervisora - Aposentada em 28/06
4	Jucileide Marinho de Sousa	00207985	Chefe. Secretaria
Nº	SERVIDORES EFETIVOS		
	Nome	Matrícula	Função
5	Andre Luiz Henrique da Silva	02463741	Professor - C.N.
6	Cristina Rodrigues Duarte	02106450	Professora – E.Esp (readaptada)
7	Deise Silva Carvalho	02286181	Professora – Pedagoga
8	Edmo Souza Farias	02086360	Professor - Ed. Física
9	Eni Aparecida de Castro Pereira	02052032	Professora - Pedagoga
10	Erenilda Pereira Da Silva	02231808	Professor - Coordenadora
11	Fabiana Feitosa Reis	02285509	Professora - L.P.
12	Fernando Dos Santos	02021818	Professor - Hist
13	Francisco Rubens Ponte	02087510	Professor - Mat
14	Hernaide Lacerda Lima	00392812	Professora – Geog. (readaptada)
15	José Wagner R. do Nascimento	00368148	Professor - Mat
16	Larissa Helena Sousa Benigno	02237644	Professor - Coordenadora
17	Leia Aparecida R. de Queiroz	01754068	Professora – E.Esp (readaptada)
18	Marcelo de Lima Chiancha	02287994	Professor – Sala de Recursos
19	Maria Aparecida Gomes dos Santos	00393274	Professora – L.P. (readaptada)
20	Maria José Ramos Da Silva Nunes	00356360	Professor - Coordenadora

21	Marléa Macambira Moura Soares	02017172	Professora – L.P. (readaptada)
22	Milton Carlos Côrrea	02034441	Professor – Mat. (readaptado)
23	Sebastião José Azevedo dos Santos	02341085	Professor -
24	Silvia Maria Nunes Rodrigues	00383708	Professor - Hist
25	TIburtino Lopes Junior	0204711X	Professor - Mat
26	Valeria Ribeiro Guimarães Frutuoso	02437643	Orientadora
27	Verônica Maria da Silva	02407361	Professora - Ed. Física
Nº	CARREIRA ASSISTÊNCIA		
	Nome	Matrícula	Função
28	Eridan Moreira Azevedo Ramalho	00673250	Agente C. e Limpeza - Readaptada
29	Gracilene Moura de Lima	02179954	Monitora
30	Patrícia Ribeiro De Resende Roriz	0239.743-9	Técnico G.E. - Apoio Administ
Nº	PROFESSORES SUBSTITUTOS		
	Nome	Matrícula	Função
31	Ana Paula da Silva Lopes	69933383	Professora - Inglês
32	Beniana Batista dos Reis Soares	69935726	Professora - Matemática
33	Deoclides Nunes do Lago	69917868	Professor - Geografia
34	Doracy Costa Sousa Neto	69765723	Professora - EJA I/Atividades
35	Edmar Ferreira da Silva	69949948	Professor - Ciências
36	Edson da Costa Lima Rodrigues	69915520	Professor - história
37	Eliane da Rocha Rodrigues	69935084	Professora - Matemática/ EJA
38	Elisangela Dos Santos Ribeiro	6977904X	Professora - Inglês
39	Fabiana Martins Guerra	69909733	Professora - Ciências
40	Geane Maria Coelho Lima	69919410	Professora - Geografia
41	Heloisa Helena Fonseca	6991978x	Professora - geografia
42	Isabela Roquete Voloso	69897638	Professora - Artes
43	José Marcos de Assumpcao	69915822	Professor - História
44	Laiane Santana Pereira	6993939X	Professora - Geografia
45	Lais Moreira da Silva	69939179	Professora - Português
46	Marlene Dias da Cunha Machado	69932123	Professora - Português
47	Milca Abreu Da Silva	60453273	Professora - Linguagens
48	Naiara Candida Silva	69767637	Professora - Português
49	Nara Rúbia Miranda Silva	60457945	Professora - Ensino Especial
50	Rafael Lopes de Souza	69971536	Professor - História/ EJA II
51	Ranielle da Silva Garcez Costa	69939446	Professora - atividades
52	Salvelina dos Santos	6989759x	Professora - Artes
53	Thalita Oliveira dos Santos	69946078	Professora - Atividades
54	Vilani Santiago Oliveira	69757402	Professora - Ciências

Nº	SERVIDORES TERCEIRIZADOS	
	Nome	Função
55	Ana Neta de Melo Moreira	Conservação e Limpeza
56	Casciana Sousa Oliveira	Conservação e Limpeza
57	Daivison de Souza Silva	Vigilante
58	Ednalda Duarte Antunes Feitosa	Conservação e Limpeza
59	Elaine Pereira da Silva	Conservação e Limpeza
60	Franciele Fernanda do Vale Naves	Cozinheira
61	Gercilene Augusta da S. Ribeiro	Conservação e Limpeza
62	Josefa Martins Gonçalves	Conservação e Limpeza
63	Leandro Santana Silva Ciqueira	Conservação e Limpeza
64	Maria Aide Gonçalves da Silva	Cozinheira
65	Maria Alzenir Mendonça Oliveira	Conservação e Limpeza
66	Maria Aparecida Teixeira	Cozinheira
67	Maria Lucia Bernardino de Lima	Conservação e Limpeza
68	Maria Raimunda S. Silva	Conservação e Limpeza
69	Paulo Henrique Viana Goveia	Vigilante
70	Regiomar Miranda Sousa	Vigilante
71	Renan Ribeiro de Sousa	Vigilante
72	Robert Martins Pereira	Conservação e Limpeza
73	Zeneide Barbosa dos Santos	Conservação e Limpeza

Ainda, na Gestão de Pessoas, não seria justo excluir essas professoras que por mais de vinte anos, foram líderes e se dedicaram com amor e responsabilidade à nossa comunidade escolar e aposentaram-se em 2022.

Não se trata de uma simples homenagem, mas da implementação de uma cultura de valorização aos que se aposentaram e sempre farão parte da nossa história, pois dedicaram suas vidas à construção desta escola, abdicando muitas vezes da convivência com familiares, amigos e do seu próprio lar.

A aposentadoria é o coroamento de uma vida cheia de trabalho e dedicação, mas é o início de um novo ciclo.

Professoras que concluíram um ciclo, após uma situação completamente inesperada: a pandemia. E foram momentos difíceis, com aulas remotas, perdas de alunos e colegas que se foram. Mas nunca desistiram. E a partir de agora terão novas rotinas, oportunidades e vivências.

Nossa escola está aberta a vocês, para que possamos ouvir suas histórias e seus aprendizados nesta caminhada, com seus depoimentos. O CEF 103 de hoje, vocês ajudaram a construir e nada mais justo do que esse reconhecimento.

Quintina Sales de Sousa

Romilda de Souza Leão

Isabel Cristiane D.Lucas

E por essa dedicação, nossos mais sinceros agradecimentos!

ESTRUTURA FÍSICA

- Banheiro de aluno/feminino – 01
- Banheiro de aluno/feminino (convertido em administrativo) – 01
- Banheiro de aluno/masculino – 01
- Banheiro de aluno/masculino (convertido em mecanografia) – 01
- Banheiro de servidor/feminino – 01
- Banheiro de servidor/masculino – 01
- Banheiro deficiente físico (estudantes) – 01
- Banheiro professor/feminino – 01
- Banheiro professor/masculino – 01
- Cantina de apoio à merenda – 01
- Depósito de alimentos – 01
- Depósito de material de limpeza – 01
- Estacionamento – 01
- Pátio coberto – 01
- Portão de pedestres – 01
- Portão de veículos – 01
- Quadra de esportes coberta – 01
- Sala com laboratório de informática – 01
- Sala de apoio – 01
- Sala de aula – 14
- Sala de aula convertida em sala de leitura – 01
- Sala de direção – 01
- Sala de professores – 01
- Sala de Recursos/SOE – 01
- Sala Especial – 02
- Sala multifuncional – 01
- Sala para ACL's, vigias e outros servidores – 01

Secretaria – 01

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROPOSTA PEDAGÓGICO

Dentro do Projeto Político Pedagógico a avaliação é o acompanhamento das metas traçadas para atender às necessidades da instituição escolar. O PPP necessita de acompanhamento sistemático para que se possa verificar se o planejamento está adequado, quais os objetivos que foram atingidos, quais as metas que não foram alcançadas e quais ações necessitam de redirecionamento. Sendo assim o processo de Avaliação do Projeto Político Pedagógico ocorrerá de forma coletiva com a comunidade escolar, onde serão analisados os problemas que poderão surgir no decorrer do ano letivo, fazendo as adequações necessárias à realidade da nossa escola.

PROJETOS ESPECIAIS ESPECÍFICOS CEF 103

- Chá literário;
- Folclore e Mostra cultural;
- Iguais e livres - Afro Brasil;
- Jogos interclasse;
- laboratório de informática;
- Ler e Representar, Experimente!;
- Oba! Vamos ao museu;
- Sala multifuncional;

CHÁ LITERÁRIO

Objetivo Geral:

- Apresentar aos nossos alunos, professores e servidores o que há de melhor na poesia nacional e estrangeira transformando nossa sala de leitura num ambiente de descontração, boa leitura e aconchego.

Objetivos Específicos

- Conhecer bons poetas e boas poesias nacionais e estrangeiras;
- Ter maior contato com a produção literária de vários poetas;
- Transformar a sala de leitura num ambiente ainda mais agradável para leitura e diversão.

FOLCLORE E MOSTRA CULTURAL

Objetivo Geral

- Conhecer a diversidade cultural do povo brasileiro através das manifestações culturais, reconhecendo a importância do folclore em todas as regiões do Brasil.

Objetivos Específicos

- Conceituar folclore.
- Desenvolver a criatividade.
- Desenvolver o hábito de pesquisa.
- Desenvolver valores como: responsabilidade, união, trabalho em equipe, solidariedade, cidadania, companheirismo.
- Estabelecer comparações entre festividades das diferentes regiões do Brasil.
- Identificar as manifestações culturais de cada região brasileira, como: festas populares, danças, lendas, etc.
- Identificar as tradicionais histórias populares do Brasil.
- Incentivar o gosto pela leitura.
- Integração da comunidade escolar.
- Perceber, apreciar e valorizar a diversidade sociocultural, adotando posturas de respeito às diferentes formas de expressão cultural do Brasil.

IGUAIS E LIVRES AFRO BRASIL

Objetivo Geral

- Transformar o espaço escolar em instrumento de valorização da diversidade da inclusão e da promoção da igualdade. Reconhecer e institucionalizar esforços para que a escola assuma seu papel de instrumento de formação de cidadãos plenos, iguais e livres.
- Compreender a influência negra e indígena como “fundamental” para a formação da identidade nacional.
- Resgatar a tradição histórica da presença da cultura afro- brasileira e indígena na maior festa popular do Brasil e do Mundo.

Objetivos Específicos

- Ampliar a temática racial na escola.
- Ampliar o senso crítico dos alunos em relação aos problemas enfrentados pelos afro-brasileiros.

- Compartilhar as diferenças dentro da escola.
- Compreender a história do negro, da África e da escravidão contemporânea.
- Conhecer a história da resistência negra durante o período colonial
- Conhecer e praticar a ética, a política e a cidadania.
- Criar novas perspectivas nas relações entre as pessoas
- Entender as raízes históricas da discriminação racial.
- Estimular a produção intelectual, artística e social dos participantes com elaboração de peças
- Estimular atitudes de respeito, tolerância e solidariedade.
- Exaltar a auto-estima e a cidadania;
- Fomentar a liberdade, diversidade étnica e cultural da sociedade brasileira.
- Mostrar a riqueza cultural dessas entidades.
- Realizar seminários, palestras, apresentações, jogos, divulgando aspectos da cultura afro-brasileiros e indígenas.
- Reconhecer a diversidade étnica e cultural da sociedade brasileira.
- Reconhecer a existência de comunidades remanescentes de quilombos.
- Reconhecer os aspectos geográficos da África.
- Refletir e discutir com os alunos acerca da verdadeira história da conquista do Brasil e das consequências culturais
- Repudiar todas as formas de relações preconceituosas, discriminatórias e excludentes.
- Resgatar a auto-estima dos alunos e identidade étnico racial.
- Ressaltar a influência e a importância da religiosidade africana e indígena.
- Trabalhar contra qualquer forma de discriminação, preconceito e racismo.
- Valorizar a cultura negra como forma de diminuir ou mesmo eliminar as situações de preconceitos.
- Valorizar as contribuições africanas para a formação da identidade brasileira.

INTERCLASSE

Objetivo

- Promover e divulgar o espírito esportivo existente em nossos alunos;
- Incentivar e apoiar incondicionalmente o esporte sem qualquer distinção;
- Desenvolver entre os participantes o espírito esportivo, a cordialidade, o companheirismo, o respeito e o trabalho em equipe.
- Realizar observação para a convocação da seleção que representará a escola em torneios e eventos esportivos.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Objetivo Geral

- Democratizar o acesso aos meios de comunicação moderna, incentivando o desenvolvimento dos processos cognitivos, sociais e afetivos.

Objetivos Específicos

- Possibilitar o acesso dos alunos inclusive os de classes especiais às novas tecnologias da informação como forma de inclusão social;
- Utilizar o computador como uma ferramenta de ensino e aprendizagem para os alunos;

LER E REPRESENTAR, EXPERIMENTE!

Objetivo Geral:

- Formar leitores capazes de fazer leitura crítica e ser capaz de se reconhecer como protagonista de sua história social na qual está inserido.

Objetivos Específicos:

- Possibilitar a produção oral e escrita.
- Promover o desenvolvimento do vocabulário.
- Possibilitar a vivência de emoção, o exercício da fantasia e da imaginação. 4- Diversificar o repertório de leitura.

OBA! VAMOS AO MUSEU

Objetivo Geral

- Fornecer ao aluno possibilidade de aprendizagem em visitas a museus e espaços culturais existentes no Distrito Federal, que representam uma diversidade cultural, evidenciada nos diferentes acervos.

Objetivos Específicos

- Estimular a proximidade dos alunos com espaços culturais.
- Preservar a memória viva.
- Proporcionar aos alunos uma aproximação à realidade vivida em diferentes momentos da humanidade.
- Refletir sobre os diferentes conceitos de patrimônio, museu e história.
- Proporcionar aos alunos sua visão estético-cultural.
- Analisar com os alunos a experiência de uma visita ao museu ou exposição.
- Estimular o desejo de voltar a museus ou espaços culturais.
- Desenvolver a cidadania.
- Adquirir hábitos de atitudes e comportamentos das pessoas em visitas a museus e espaços culturais.
- Estimular a criação de experiências significativas.
- Compreender as variedades culturais existentes.
- Interesse e gosto pela descrição precisa de situações, orientações e relações espaciais, utilizando a linguagem básica da Geometria.
- Curiosidade e interesse por identificar formas e relações geométricas nos objetos e seu cotidiano.
- Disposição favorável para utilização de instrumentos de desenho com precisão e cuidado.
- Valorização da utilização dos sistemas de referência e da representação espacial em atividades cotidianas.

SALA MULTIFUNCIONAL

O Projeto Sala Multifuncional consiste de um espaço que proporciona aos alunos a possibilidade de descobrir, aprender e trabalhar as diversas linguagens artísticas, tanto as tradicionais como as linguagens artísticas amparadas nas novas tecnologias.

O ser humano com sua diversidade usa de múltiplas linguagens para expressar-se plenamente e como cada indivíduo possui características diferentes fazem-se necessários diferentes possibilidades de meios para essas expressões e para que cada um encontre a que melhor lhe auxilie nas comunicações de suas ideias, o Projeto Sala multifuncional será o local onde os alunos terão por meio de oficinas, cursos, ensaios e experimentações, condições de conhecer as diversas formas de expressões que a arte possibilita.

A arte tem um poder expressivo de representar ideias através de linguagens particulares, como a literatura, a dança, a música, o teatro, a arquitetura, a fotografia, o desenho, a pintura entre outras formas expressivas que a arte assume em nosso dia a dia.

A arte faz com que o ser humano possa conhecer um pouco da sua história, dos processos criativos de cada uma das linguagens artísticas, o significado de novas formas de utilizá-la, sempre se aprimorando no decorrer dos anos.

Ensinar arte na escola torna-se importante para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, pois o conhecimento em arte amplia as possibilidades de compreensão do conhecimento, amplia a possibilidade de compreensão do mundo e colabora para um melhor entendimento dos conteúdos relacionados a outras áreas do conhecimento, tais como matemática, língua, história e geografia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), no artigo 26, inciso 2º, dispõe que “o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. Os Parâmetros Curriculares dão à área de arte uma grande abrangência, propondo quatro linguagens artísticas: 1ª - Artes visuais: com maior amplitude que artes plásticas, englobando artes gráficas, vídeo, fotografia e as novas tecnologias, como arte em computador. 2º - Música. 3º - Teatro. 4º - Dança.

Objetivos específicos

- A expressão artística permite ao aluno apreender o universo visível que o rodeia, seja ele, na sua essência, natural ou criado pelo Homem. Permite, no meio dos tecidos sociais, a compreensão do patrimônio artístico e cultural, a percepção estética, a abordagem conceitual dos artistas, o desabrochar da sensibilidade.
- A expressão musical permite ao aluno expandir, extravasar e melhor conhecer suas emoções e como lidar com essas emoções e as dos outros.
- A expressão dramática permite ao aluno alargar a visão da vida, aprender a fazer escolhas e a tomar decisões. Trata-se de uma atividade global que compreende uma dimensão gestual, visual, sonora, verbal e intelectual.
- A expressão audiovisual permite ao aluno compreender a tecnologia dos aparelhos audiovisuais e ajuda a compreender o mundo.

SE BRINCAR O BICHO PEGA, SE CUIDAR O BICHO MORRE

Objetivo Geral

- Conscientizar a participação da comunidade escolar em propostas de valorização da saúde, na luta contra o mosquito Aedes Egiptys, causador da dengue, zika e chikungunya, através da criação de estratégias de comunicação e parcerias.
- Objetivos Específicos
- Estimular a participação da comunidade escolar no combate a dengue;
- Conhecer os cuidados que devemos ter para não contrair tais doenças, bem como tratar e evitar essas doenças;
- Compreender as políticas da saúde a partir da observação, participação e da vivência;
- Conscientizar a comunidade escolar e familiar de sua responsabilidade no combate ao mosquito da dengue;
- Valorizar parcerias com instituições de saúde;
- Promover pesquisas e palestras sobre doenças infectocontagiosas;
- Promover a formação de alunos agentes multiplicadores.

PROJETOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

- CID
- Olimpíadas Brasileiras de Matemática – OBMEP
- Olimpíadas da Língua Portuguesa
- Política de Promoção da Cidadania e Cultura de Paz.
- Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE
- Progressão Parcial – Dependência
- Projeto Interdisciplinar
- Prova Brasil

CID

Objetivo

- Oportunizar aos alunos o acesso às atividades do Desporto Escolar, como meio de educação consciente, construtivo, socializadora, permanente e transformadora.

OLIMPÍADAS BRASILEIRAS DE MATEMÁTICA – OBMEP

Objetivos

- Estimular e promover o estudo da Matemática entre alunos das escolas públicas.
- Contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica.
- Identificar jovens talentos e incentivar seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas.
- Incentivar o aperfeiçoamento dos professores das escolas públicas,
- contribuindo para a sua valorização profissional.
- Contribuir para a integração das escolas públicas com as universidades públicas, os institutos de pesquisa e sociedades científicas.
- Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.

OLIMPÍADAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Objetivo Geral

- Ampliar, em nível institucional, os trabalhos do MPDFT no planejamento e apoio a uma atuação sistêmica de promoção da segurança nas escolas.

POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E CULTURA DE PAZ

Objetivo Geral

- Ampliar, em nível institucional, os trabalhos do MPDFT no planejamento e apoio a uma atuação sistêmica de promoção da segurança nas escolas.

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE

Objetivo Geral

- Utilizar os recursos adquiridos através do Programa Dinheiro Direto na escola – PDDE, para as Despesas de Custeio, na aquisição de material de consumo e serviços de terceiros – pessoa física ou jurídica; e Despesas de Capital, na aquisição de material permanente.

PROGRESSÃO PARCIAL - LEI Nº. 2.686/01

Objetivo Geral

- Assegurar ao aluno prosseguir os estudos na série imediatamente subsequente, quando o seu aproveitamento na série anterior for insatisfatório em até dois componentes curriculares.
- Estudar sob a responsabilidade da família e comparecer à instituição para submeter-se às avaliações.

PROJETOS INTERDISCIPLINARES (PI)

Os Projetos Interdisciplinares devem ter por essência a reflexão da vida real vivida pelos alunos e precisa, mediante a interdisciplinaridade e contextualização com os demais componentes curriculares envolvidos, preparar o aluno para a vida futura – para o exercício da cidadania e para o trabalho.

A importância da Parte Diversificada no currículo é estabelecer elos de integração e interconexão com os demais componentes curriculares. Sendo organicamente integrada à Base Nacional Comum, não deve existir, entre ambas, dualismo, divórcio ou incompatibilidade curricular, pois o Projeto Interdisciplinar constitui-se num componente fundamental dessa dimensão curricular, por Diretrizes para Avaliação da Aprendizagem 15 incorporar as vocações da comunidade local, as necessidades do meio social, econômico e cultural, representando a heterogeneidade e a complexidade inerente a cada grupo social.

Nessa perspectiva, o Projeto Interdisciplinar por se tratar de um projeto que estabelece conexão entre dois ou mais componentes curriculares da Base Nacional Comum, faz-se necessário que os processos avaliativos mantenham o caráter interdisciplinar, haja vista que o tratamento é igual aos demais componentes que configuram a Matriz Curricular, ou seja, com nota de zero a dez, considerando 50 % para testes e provas e 50 % para outras formas de avaliação. Portanto, a avaliação da aprendizagem será um reflexo do diálogo entre os componentes curriculares envolvidos. Caso o aluno obtenha desempenho insatisfatório no Projeto Interdisciplinar, após recuperação em processo, somente será submetido à recuperação final e dependência, após deliberação do Conselho de Classe.

PROVA BRASIL

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) são avaliações para diagnóstico, em larga escala, desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Têm o objetivo de avaliar a

qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental e na terceira série do ensino médio, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho.

Professores e diretores das turmas e escolas avaliadas também respondem a questionários que coletam dados demográficos, perfil profissional e condições de trabalho. A partir das informações do SAEB e da Prova Brasil, o MEC e as secretarias estaduais e municipais de Educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas.

REGIMENTO ESCOLAR

O Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Fundamental 103 de Santa Maria, é organizado pelo Regimento das Instituições da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e Regimento unificado das Escolas Públicas de Santa Maria.

Regimento Unificado das Escolas Públicas de Santa Maria - Adequado de acordo com as especificidades do CEF 103 de Santa Maria.

I - Horários, entrada e saída

Artigo 1- É direito do estudante ter acesso à uma escola de qualidade, com a carga horária prevista em lei;

Artigo 2- É dever do estudante comparecer pontual e assiduamente às atividades escolares;

§ 1- Quando necessitar de se ausentar das atividades escolares ou de saída antecipada, o estudante ou seu responsável deverá solicitar autorização junto à Direção, que fará os encaminhamentos necessários;

§ 2- Será mantido um rígido controle para a entrada, permanência e saída de pessoas que não estejam em horário de aula no interior da escola. Para tanto, será exigido um documento de identificação, que deverá ser obrigatoriamente apresentado na portaria.

§ 3- Será permitido, em casos excepcionais, o atraso máximo de 15 (quinze) minutos. Quando o estudante ultrapassar a quantidade de (03) três atrasos seguidos ou alternados, somente será permitida sua entrada na escola se acompanhado pelos pais ou responsáveis.

§ 4- O retorno do estudante é de responsabilidade da família, que deverá respeitar os horários definidos pela Escola.

II - Identificação

Artigo 3- O uso do uniforme pelo estudante é imprescindível para facilitar sua

identificação no ambiente escolar;

Artigo 4- O estudante deverá trajar-se com vestimenta condizente ao ambiente escolar, sendo proibido o uso de minissaias, short curtos, top, roupas transparentes e decotadas, calças legue e calças rasgadas.

§ 1- O uso de vestimenta adequada para a prática de Educação Física é obrigatório, o que compreende o uso de tênis e roupas que permitam os movimentos exigidos pela aula;

§ 2- Somente em dias que o clima justifique será aceito o uso de outras roupas por cima do uniforme;

§ 3- É terminantemente proibida qualquer alteração da camisa do uniforme quanto à cor, modelo ou escrita;

§ 4- O estudante que frequentar aula de reforço ou de qualquer projeto da escola no período contrário, deverá utilizar o uniforme, trajando-se de acordo com o regimento escolar;

§ 5- Em casos excepcionais, o estudante poderá entrar na escola sem o uniforme, se acompanhado dos pais/responsáveis e mediante justificativa junto à Direção da escola;

§ 6- É obrigatório o registro fotográfico do estudante, realizado pela direção para fins pedagógicos.

III - Material escolar e livro didático

Artigo 5- É direito do estudante receber os livros didáticos para o ano letivo, fornecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação;

Artigo 6- É dever do estudante trazer os livros didáticos para a utilização em sala de aula, bem como conservá-los e responsabilizar-se pela devolução ao final do ano letivo.

§ 1- O estudante deverá trazer todo o material exigido para as aulas, zelar e se responsabilizar por seus objetos de uso pessoal, dentro e fora da sala de aula. A Escola não se responsabilizará em caso de perdas ou danos.

IV - Aparelhos Eletrônicos

Lei Nº 4.131 de 02 de maio de 2008.

Art. 1º - Fica proibida a utilização de aparelhos celulares, bem como de aparelhos eletrônicos capazes de armazenar e reproduzir arquivos de áudio do tipo MP3, CDs e

jogos, pelos alunos das escolas públicas e privadas de Educação Básica do Distrito Federal.

Parágrafo único: A utilização dos aparelhos previstos no caput somente será permitida nos intervalos e horários de recreio, fora da sala de aula.

Art. 2º - A Secretaria de Estado de Educação divulgará a proibição de que trata esta lei.

A escola não se responsabilizará pelos aparelhos celulares em caso de roubos ou perdas.

Artigo 7 - O uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula só será permitido por orientação do professor para fins pedagógicos;

V - Porte de Armas e Drogas

Artigo 8- Visando a segurança, a saúde e a integridade física da comunidade escolar, é proibido ao estudante portar armas de fogo, objetos cortantes ou substâncias entorpecentes de qualquer ordem, além do uso de explosivos e de quaisquer materiais que representem perigo para si mesmo e para os outros.

VI - Lanche

Artigo 9- É direito do estudante receber lanche de qualidade na escola e ter conhecimento do cardápio semanal de merenda.

§ 1- É direito do estudante usufruir dos serviços prestados pela cantina comercial somente no horário do intervalo.

§ 2- O estudante não poderá lanchar durante as aulas, o que compreende também mascar chicletes, comer doces, pirulitos e sanduíches, beber refrigerantes ou sucos.

§ 3- É expressamente proibido brincadeiras, desperdício e descaso com a merenda escolar e utensílios.

VII - Uso do banheiro e dos bebedouros

Artigo 10- É direito do estudante utilizar banheiros e bebedouros sempre limpos e conservados.

VIII - Depredação do patrimônio, limpeza e conservação

Artigo 11- Toda comunidade escolar deverá zelar pela limpeza e conservação das instalações, dos equipamentos e dos materiais existentes na escola.

Artigo 12- O estudante, ou seu responsável, deverá responsabilizar-se em caso de dano causado ao patrimônio da escola;

§ 1- Conforme expresso na Lei, o aluno que pichar o prédio ou a mobília será convocado

a reparar o dano causado, arcando com o ônus. O não comprimento desse item acarretará no encaminhamento à justiça comum, que qualifica este crime como inafiançável.

IX - Relações interpessoais

Artigo 13- É direito do estudante ser respeitado em sua dignidade humana e valorizado em sua individualidade por todos os membros da comunidade escolar.

Artigo 14- Os professores do diurno atenderão os pais ou responsáveis no turno contrário a aula, ou seja, nos dias específicos de sua coordenação.

Artigo 15- O estudante deverá respeitar e tratar com cordialidade todos os membros da comunidade escolar.

Artigo 16- É proibida a prática de bullying, cyberbullying, racismo, homofobia e quaisquer discriminações por parte de toda a comunidade escolar. A ocorrência de tais atos deverá ser comunicada à Direção, que tomará as providências cabíveis.

X - Avaliação

Artigo 17- É direito do estudante conhecer as Diretrizes de Avaliação da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, ter ciência do currículo em vigor;

§ 1- É direito da comunidade escolar participar e ter acesso ao Projeto Político Pedagógico da escola;

§ 2- É direito do estudante conhecer os critérios adotados pelo professor no processo avaliativo e conhecer o resultado de seu desempenho escolar.

XI - Assiduidade

Artigo 18- É direito dos responsáveis serem informados sobre a frequência e o rendimento do estudante. Para tanto os pais/responsáveis deverão manter endereço e telefone devidamente atualizados na Secretaria da Escola;

Artigo 19- Será considerada, para fins de promoção do aluno, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas estabelecidas para o ano ou semestre letivo, sendo computados também os exercícios domiciliares amparados por Lei.

§ 1- O aluno que, por motivo justo, faltar a qualquer atividade pedagógica, deverá apresentar à Direção da escola a justificativa em até 5 (cinco) dias letivos após o ocorrido.

§ 2- O estudante, assegurado por atestado médico, tem o direito às atividades avaliativas, desde que informe à escola em tempo estabelecido pela escola.

§ 3- As UE deverão comunicar ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDF) a relação dos (as) estudantes com os dados atuais, bem como a quantidade de faltas daqueles que atingiram o limite de 50% (cinquenta por cento) do percentual permitido em lei, depois de esgotadas as ações definidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) da UE, conforme determina o Art. 12, inciso VII, da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Federal nº 9.394/96), visando retorno do estudante à Unidade de Ensino.

XII - Transporte Escolar

Artigo 20- O estudante que utilizar transporte escolar deve cumprir as mesmas obrigações e possuirão os mesmos direitos dos demais, devendo assim respeitar os horários estabelecidos pela Escola.

§ 1- A escola se isenta de quaisquer responsabilidades referentes ao transporte escolar particular.

XIII - Sanções

Artigo 21- Ao estudante, cujo comportamento não for condizente com o regimento, serão aplicadas as seguintes medidas:

Advertência oral;

Advertência escrita;

suspensão com tarefas escolares de, no máximo, 3 (três) dias letivos, e/ou com atividades alternativas na escola;

Transferência, por comprovada inadaptação à escola, quando o ato for aconselhável para a melhoria do desenvolvimento do estudante, ou para a garantia de sua segurança e da comunidade escolar.

XIII - Gerais

Artigo 22- A mudança de turno só poderá ser realizada mediante apresentação de documento comprobatório da necessidade e com a presença do responsável, estando sujeito à confirmação dos dados pela Direção da escola;

Artigo 23- A mudança de turma só poderá ser realizada mediante solicitação da Direção

ou do Conselho de Classe desta Unidade Pública de Ensino.

Artigo 24- Não é permitido que o estudante assista aula ou faça prova em turma que não a sua, a menos que esteja em horário vago e com a devida autorização do professor regente.

BIBLIOGRAFIA

ALGARTE, Roberto A. Educação e Política Neoliberal: crítica aos princípios da modernidade. Textos Universitários. Fundação Universidade de Brasília. Faculdade de Educação. Departamento de Planejamento e Administração. Brasília, Editora UNB, 1992.

ALONSO, Mirtes. O Papel do Diretor na Administração Escolar. 6ª Ed. RJ, Editora Bertrand, 1988.

BORGES, Vavy Pacheco. O que é História. 17ª. ed. São Paulo, Brasiliense, 1992.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. O que é o Método Paulo Freire. 15ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1989. ue é Educação. 26ª. ed. São Paulo, Brasiliense, 1992.

CANDAU, Vera Maria (org). Rumo a uma nova didática 5ª. ed. Petrópolis, Vozes, 1993.

CASTRO, Mário. Construção de uma escola popular. Brasília, Thesaurus, 1987.

CHAUI, Marilena de Souza. O que é ideologia. 35ª.ed. São Paulo, Brasiliense,1992.

CUNHA, Sofia Mitsuyo Taguchida e outros (org.). Currículo de educação básica das escolas públicas do Distrito Federal Brasília, FEDF, Departamento de Pedagogia, 1993.

DEMO, Pedro. A Sociologia Crítica e a Educação – contribuições das ciências sociais para a educação: sociologia. MEC.

INEP, Brasília, Em Aberto ano IX n.46 abr./ jun., 1990. DEWEY, John. Experiência e Educação. 2ª. ed. Trad. Anísio Teixeira. Atualidades Pedagógicas 131. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1976.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade – Um Projeto em parceria. São Paulo, Loyola, 1993.

(org). Metodologia da Pesquisa Educacional. 2ª. ed. Aument. São Paulo, Cortez, 1991.

FONSECA, Dirce Mendes da (org). Contribuição ao debate sobre administração da educação. Textos Universitários. Universidade Planejamento e Administração. Brasília, 1992.

FREIRE, Paulo. Ação Cultural para a Liberdade. 8ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

___ . Educação como Prática de Liberdade. 19ª. Ed. Rio de Janeiro. 1989.

___ . Pedagogia do Oprimido. 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREITAS G, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. 6ª. Ed. (ver). São Paulo, Moraes, 1986.

GADOTTI, Moacir. Convite à Leitura de Paulo Freire, 2ª. Ed.São Paulo, Scipione, 1991.

GOMES, Roberto. Crítica da Razão Tupiniquim. 10ª. Ed. São Paulo, FTD, 1990.

GUARESCHI, Pedrinho. A sociologia Crítica – alternativas de mudanças. Porto Alegre, Mundo Jovem, 1992.

KRISHNAMURTI, J... A educação e o Significado da Vida. 6ª. Ed. Trad. Hugo Veloso. São Paulo, Ed. Cultrix, 1985.

LUDKE, Menga & ANDRE, Marli E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas

Temas Básicos de Educação e Ensino. São Paulo E.P. U., 1996

FARO, Vitor Henrique. Administração Escolar: Introdução Crítica. 5ª. Ed. São Paulo, Cortez/ Associados, 1991.

PINTO, Álvaro Vieira. Sete Lições sobre educação de adultos, 4ª. Ed. Coleção Educação Contemporânea, São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1986.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 26ª ed., Campinas Editora Autores Associados, 1992.

SOUZA, Ari Herculano de. Os Direitos Humanos. (Visão de Mundo), São Paulo, Editora do Brasil. 1989.

SCHLENÉSER, Anita Helena. Hegemonia e Cultura: Gramsci. Curitiba, Ed. UFPR, 1992.

XAVIER, Maria Elizabete Prado & Rossi, Luiz Basílio. Unb / SINPRO. Além de dar zero, qual é o seu professor? In Cadernos da Escola Pública n.1 Brasília, nov. 1993.

DOCUMENTOS CONSULTADOS DURANTE ELABORAÇÃO DO PROJETO

Código Nacional dos Direitos Humanos. Constituição Federal do Brasil

Currículo Básico de Educação das Escolas Públicas do DF. Decreto 19.029 / 98 e Lei 1.540

Diretrizes para Avaliação da Aprendizagem

Estatuto da Criança e do Adolescente Estratégia de Matrícula para UPEs do DF. Instrução 687/98

Instruções e Orientações da SE / FEDF / DRE. Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9.394 / 96.

Lei No 10.639, de 9 De Janeiro De 2003. Parâmetros Curriculares Nacionais Parecer 99 / 98 CEDF.

Parecer n. 068/95 CEDF Parecer n.110 / 94 CEDF. Proposta Pedagógica da SEDF

Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública -DF.